


Segurança Nacional e Biopolítica: as práticas e os dispositivos de informação e vigilância da DOPS-PE

National Security and Biopolitics: DOPS-PE information and surveillance practices and devices

Raphael Henrique Roma Correia

 <https://orcid.org/0000-0003-2201-7199>

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo, produzido a partir de pesquisa desenvolvida em dissertação fomentada pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – PPGH/UFPB, apresenta uma análise sobre a construção das estruturas de Segurança Nacional e Informação no Brasil, e especialmente em Pernambuco, ao longo do século XX, como sinal de um projeto biopolítico de poder. O texto articula conceitos da teoria biopolítica explorando a organização da Escola Superior de Guerra, permeada pela ideia de guerra permanente e interna, passando pelo processo de criação das polícias políticas estaduais até o detalhamento da emergência de mecanismos, técnicas, recursos procedimentos e a prática de uma mecânica de controle e monitoramento do cotidiano de pernambucanos nessas circunstâncias. Além disso, sua leitura é fundamental para os que se interessam pelo processo de desenvolvimento das redes de segurança e informação anterior ao golpe civil-militar de 1964, as quais serão indispensáveis para a execução e manutenção da Ditadura Militar de 21 anos.

Palavras-chave: Segurança Nacional. Biopolítica. DOPS-PE.

Abstract: This article, produced from research developed in a dissertation promoted by the Graduate Program in History at the Federal University of Paraíba – PPGH / UFPB, presents an analysis of the construction of National Security and Information structures in Brazil, especially in Pernambuco, throughout the 20th century as a sign of a biopolitical project of power. The text articulates concepts of biopolitical theory exploring the organization of the Escola Superior de Guerra, permeated by the idea of permanent and internal war, going through the process of creating state political police until the details of the emergence of mechanisms, techniques, procedural resources and the practice of a mechanics of control and monitoring the daily life of Pernambuco in these circumstances. In addition, reading it is essential for those interested in the process of developing security and information networks prior to the 1964 civil-military coup, which will be indispensable for the execution and maintenance of the 21-year-old Military Dictatorship.

Keywords: National security. Biopolitics. DOPS-PE.

- *Ela é tão livre que um dia será presa.*
- *Presa por quê?*
- *Por excesso de liberdade.*
- *Mas essa liberdade é inocente?*
- *É. Até mesmo ingênua.*
- *Então por que a prisão?*
- *Porque a liberdade ofende.* (Clarice LISPECTOR, 1978)

Em pleno século XXI, diante das trajetórias historiográficas e teóricas da História, podemos afirmar, até sem grande receio, ou pelo menos tornou-se muito difícil negar, que todas as relações humanas, todos os elementos dessas relações, são enlaçados, compostos por fronteiras fluídas, por questões políticas.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

No sentido dilatado do que é político/política, penso de acordo com as propostas filosóficas de um conceito político compartilhado por alguns estudiosos franceses, notadamente do debate gerado pelo que ficou conhecida como Escola Francesa do Político.¹ Grandes teóricos – alguns deles merecem destaque como Claude Lefort (1991), François Furet (1978), René Remond (2003) e Pierre Rosanvallon (2010) – contribuíram para a formação de uma ideia, um conceito filosófico, que compreende a dimensão do político como um elemento alojado, representado por lugares de poder, em rodas, as esferas do que se considera genericamente vida social.

Rosanvallon, por exemplo, em recente livro, *Por uma história do político* (2010), defende as utilidades oferecidas à história através da abordagem filosófica do político. Segundo suas conclusões, a originalidade de uma história filosófica do político permitiria aos historiadores uma interação mais estreita com ações sociopolíticas dos sujeitos estudados. Além do mais:

A história filosófica do político é também compreensiva, porque seu objetivo central é apreender uma questão situando-a no contexto de sua emergência. Sob tais condições é impossível ao historiador, de uma posição externa, pesquisar e controlar um objeto passivo. A abordagem compreensiva busca apreender a história em seu fazer-se, ou seja, enquanto ela mantém suas potencialidades – e antes, portanto que ela se efetive no modo histórico e passivo, como um fato necessário. (ROSANVALLON, 2010, p. 48)

Apesar de suas pretensões globais, referentes principalmente ao projeto de reafirmação de uma *história total* aos moldes braudelianos (ROSANVALLON, 2010, p. 39), enquanto método de observação problemática, a história do político apresentada por Rosanvallon fornece grandes contribuições às pesquisas historiográficas e a esse texto especificamente. Sobretudo o objetivo primordial desse método, que de acordo com o autor seria o de *apreender uma questão* política, ou seja, relacioná-la com os projetos de poderes, *situando-a no contexto de sua emergência*. Assim, dessa forma, a questão central desse texto é a emergência de mecanismos, técnicas, recursos procedimentos e artifícios, isto é, o desenvolvimento, e mais que isso, a prática, de uma mecânica de controle, poderio e monitoramento do cotidiano dos pernambucanos em meados do século XX, poder exercido principalmente pelas práticas da Delegacia de Ordem Política e Social.

O Poder sobre a Vida e a Liberdade Vigiaada nas práticas da DOPS-PE

Da infraestrutura organizada em prol da segurança nacional, que será brevemente detalhada na seção seguinte, resultaram ferramentas valiosas aos anseios fiscalizadores de um estado sob alarme contra os inimigos mais perigosos, isto é, aqueles hipoteticamente infiltrados no território interno do país. Os instrumentos e ferramentas disponíveis aos poderes instituídos, mesmo antes da ditadura militar, permitiram um domínio expressivo, que possibilitariam uma fiscalização e vigilância amplas e detalhadas sobre áreas e indivíduos de seus interesses. Em outras palavras, a superestimada prevenção, as desconfianças de um clima de conflito e as precauções estratégicas forneceram um painel de controle eficiente à vigilância social, e, mais ainda, favoreceram um projeto que se empenhava em praticar um controle total sobre todos os setores da vida dos investigados, considerando que, nesse contexto alarmista, todos eram suspeitos e até mesmo culpados até que provassem o contrário, ou melhor, inocentados até que os dispositivos² de vigilância mobilizados sobre eles provassem isso.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fornecer uma análise sobre a construção das

¹ Normalmente atribui-se aos cientistas sociais, historiadores, sociólogos e politólogos, reunidos por Claude Lefort no Centro de Pesquisas Políticas Raymond Aron (CRPRA), a elaboração e divulgação do conceito do *político* hegemônico no campo da história e das ciências sociais francesas das últimas décadas. Fundada em 1984, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), o CPRA articula atualmente um grupo de estudiosos preocupados em desenvolver pesquisas que demonstrem as características inseparáveis entre política e sociedade.

² Termo referido de acordo com Agamben, retomando Foucault, construído a partir da consideração de mecanismos variados elaborados para operacionalizar os poderes instituídos. Ver: AGAMBEN (2009).

estruturas de Segurança Nacional e Informação no Brasil, e especialmente em Pernambuco, ao longo do século XX como sinal de um projeto biopolítico de poder exercido antes e durante a Ditadura Militar.³ E uma maneira eficiente de começar a descortinar este painel labiríntico é a partir de um documento administrativo elaborado por solicitação do delegado à época, Adson Moury, e que retrata com riqueza de detalhes o funcionamento orgânico da Delegacia de Ordem Política e Social no ano de 1939:

Figura 1: “Mapa da rede de vigilância e controle social, 1939”



Fonte: Prontuário Funcional, Fundo SSP/DOPS – APEJE, nº 29638 – Documentos Administrativos. (SILVA, 2014, p. 150).

O refinado diagrama assinado por *F. J. Pauria* (canto inferior esquerdo da imagem) impressiona tanto pela organização gráfica como pela riqueza de detalhes. Infelizmente, não fica claro na documentação se o autor da esquematização é um artista contratado pela delegacia para realização apenas de um trabalho remunerado ou se foi criada por algum agente interno do órgão com habilidades ilustrativas. Questão que pode ser compreendida de acordo com as pesquisas das historiadoras Mariana Joffily e Maud Chirio (2014, p. 445) que destacam o fato dos arquivos sobre o período, por serem mais orientados à estrutura de repressão e perseguição, se tornarem “mais diretamente úteis na busca de informação sobre os alvos da vigilância do que sobre aqueles que a exerciam”. Mas, certamente, a construção do diagrama demandou um rigoroso e aprofundado estudo sobre a complexa estrutura administrativa e o alcance social pretendido pela instituição policial.

O círculo central, ao qual todas as linhas se unem, é representado pelo *Controle do Comissário/Delegado*, contudo, acima dele, apesar de representada em um círculo de perímetro menor, há uma esfera referindo-se às forças armadas, setor, inclusive, repetido em outro círculo no canto inferior direito da imagem. Estas, e outras, características presentes na representação tornam uma análise das disposições hierárquicas do gerenciamento das funções, atividades dos agentes policiais e atribuições dos setores de controle da Delegacia bastante complicada. Multifacetado por uma sistematização intrincada e labiríntica, em que os campos se apresentam espalhados e interligados por linhas sem diretrizes, direções traçadas ou pontos iniciais e finais sugerem uma espécie de rede de poderes articulados e interdependentes.

A historiadora pernambucana Marcília Gama da Silva avaliou este diagrama da seguinte maneira:

³ Sublinha-se que este texto é parte de uma pesquisa melhor desenvolvida e apresentada na dissertação de mestrado do autor. Cf. CORREIA (2017).

O que temos configurado nesse importante e elucidativo documento é a representação do **mapa de controle da sociedade**, da maneira como a polícia vê e entende os segmentos a serem **vigiados**, contendo não só a sistematização das categorias sociais, como se articulam, mas, sobretudo, como estão configuradas, seja por suas tendências políticas ou pelo perigo que representam, feita de forma minuciosa, detalhada e extremamente reveladora. Se não representa o funcionamento da DOPS para todo o período de atuação, traduz-se num importante indício de como viam e o entendimento que tinham dos diversos segmentos sociais para melhor exercer suas práticas de controle e vigilância, numa demonstração de que já tinham um alto nível de infiltração nas entranhas do tecido social muito antes de sua transformação em Departamento a partir de 1961 e de seu fortalecimento no período do pós-1964. (SILVA, 2014, p. 151, grifos da autora).

Sem dúvidas, a esquematização é digna de uma atenção substancial pelos interessados em conhecer a dinâmica de gerenciamento interno da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. Dentre as possibilidades analíticas oferecidas pelo documento, gostaria de ressaltar, assim como realizou Marcília Gama, o projeto de poder totalizador delineado pela DOPS de Pernambuco desde seus primeiros anos de funcionamento, o qual aparentemente foi até efetuado com certo êxito.

Neste sentido, passo a articular com este universo de elementos encontrados nos documentos da DOPS suposições teóricas sobre as finalidades, as utilizações e os interesses envolvidos na aplicação e manutenção do(s) poder(es), elaboradas, principalmente, por Michel Foucault e Giorgio Agamben. Reporto-me, nesse caso, ao ponto de confluência entre esses autores, aquele em que ambos perceberam um empreendimento de absolutização do monitoramento e, conseqüentemente, controle, dos indivíduos e/ou grupos por parte dos governos estabelecidos, o que para Foucault (1987) se inicia a partir do século XVII, enquanto para Agamben (2004) se estabelece desde a antiguidade clássica, no mundo denominado ocidental. Em relação a este projeto, eles se referem usando os conceitos de biopoder ou biopolítica, isto é, a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder (AGAMBEN, 2004, p. 125).

A expressão biopolítica é utilizada por Foucault (1999) já no capítulo final do livro *História da Sexualidade Volume I*, de 1976. Embora Foucault não tenha explorado claramente esse conceito nos volumes subsequentes da *História da Sexualidade* ou em algum outro livro publicado por ele próprio, as duas coletâneas, *Nascimento da Biopolítica* (2008) e *Segurança, Território, População* (2008), organizadas por Michel Senellart e traduzidas em língua portuguesa por Eduardo Brandão, cujo projeto foi transcrever as falas proferidas pelo filósofo em suas aulas ministradas no Collège de France entre os anos de 1977 e 1979, suprem consideravelmente a lacuna que alguns críticos apontam em relação ao desenvolvimento e caracterização de concepções sobre a Biopolítica por parte do autor.

O documento exposto anteriormente já fundamenta bastante a hipótese ou, pelo menos, estabelece suspeitas da existência de um projeto biopolítico nas práticas departamentais e funcionais da DOPS/PE. Junto a isto, a partir de então, apresento alguns outros conjuntos de registros que permitem fazer associação com parcela dos termos debatidos por esses dois grandes pensadores.

Acompanha-se, então, por meio de um documento policial, um fragmento do dia da médica e professora popular Naide Regueira Teodósio:

30-8-1946 – Às 9,40 a acampanada saíu (sic) de sua residência, à rua Feliciano Lins nº 334 – Iputinga, dirigindo-se para o consultório médico do dr. Bionor Teodósio, à Avenida Caxangá nº 3607. Às 9,55 saíu em companhia do citado médico, os quais depois de darem um passeio pelas ruas Imperatriz e Nova, foram jantar no Hotel Parque. Às 13,20 os dois tomaram o ônibus de Iputinga, seguindo em direção daquele bairro.

[...]

31-8-1946 – Pela manhã estive no Hospital Centenário, e de lá fui à rua do Príncipe nº 742. Demorou-se uns 10 minutos na casa referida, e depois foi à Maternidade de Afogados. Às 11,10

esteve na Maternidade do Hospital Pedro II, dali saindo às 12 horas regressou à residência.⁴

Nada de escandaloso, nada de subversivo, nada de criminoso ou incriminador pode ser identificado nessas informações registradas pelo agente policial sobre Naíde Teodósio. No entanto, a capacidade observadora, a liberdade vigiada da senhora e a camuflagem da segurança (mais uma vez, reitero, em modelos ainda democráticos de governo) podem impressionar o leitor dessa mensagem. Importante destacar também que essas informações servirão de prova para incriminar a médica e professora após o golpe civil de 1964, quando ela foi presa preventivamente (CORREIA, 2017).

Reforçamos, ademais, que apesar das informações contidas nas Partes de Serviço, como no caso das de Naíde Teodósio, pudessem não necessariamente disponibilizar provas suficientes ao ponto de justificar uma prisão, elas eram ainda bastante importantes para a estrutura e as estratégias de repressão do período. Pensando, por exemplo, a partir das reflexões e pesquisas da historiadora Mariana Joffily, percebemos como as informações adquiridas em interrogatórios efetuados com presos políticos proporcionavam variados recursos e instrumentos para os órgãos de segurança e informação. Isto porque, como afirma Joffily (2009, p. 776), as ações praticadas pelo sistema de repressão política eram orientadas pela obtenção do maior número de informações possíveis, por um “dever de pressentir e localizar as manifestações da guerra revolucionária, o que, na realidade, significava ampliar tanto quanto fosse possível o leque das suspeitas”.

Além de médica e professora, Naíde Regueira Teodósio, que estava com 48 anos em 1964, é possuidora de uma trajetória de vida bem representativa das lutas políticas e do desenvolvimento do Partido Comunista e de grupos de esquerda como um todo no estado de Pernambuco durante o século XX. Participou da administração pública em diversas oportunidades, entre elas como Secretária de Saúde e Educação de Pernambuco, entre os anos de 1948 e 1950. A elaboração de seu prontuário individual constitui-se em um projeto que arquia documentos produzidos entre as décadas de 1940 e 1970, e que, além dos tradicionais documentos policiais, possui diversos impressos especiais, como: as Partes de Serviço de sua prisão hospitalar em 1964; “ato de acareação” entrecruzando declarações de outros presos políticos, utilizados para inocentar ou condenar suas atividades políticas; roteiros de aulas para turmas de educação popular, por exemplo. Naíde também concedeu uma entrevista riquíssima em detalhes para um projeto da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, executado por Eliane Moury, em 1988⁵. Naíde possui grande prestígio social na sociedade pernambucana até o presente, principalmente por conta do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, promovido pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), que desenvolveu sua décima edição em 2017.

Da mesma forma que Naíde Teodósio, podemos encontrar outras histórias de vidas de pernambucanos que foram afetados por essas estruturas de vigilância, como é o caso de Arnaldo Cavalcanti Marques, também médico e professor universitário. Segundo as avaliações do próprio Arnaldo Marques, avanços na ciência, tecnologia e progresso social também foram áreas prejudicadas por conta das ações repressivas. De acordo com ele,

Houve uma série de demissões, de destituições de cargos, de prisões de professores, que redundaram em desorganização; o primeiro ímpeto foi esse. De retirar os professores, ditos subversivos e que tiveram suas cátedras desorganizadas. Esse movimento redundou numa desorganização grande das universidades de Brasília, de São Paulo, e mesmo nas universidades do Recife, onde cerca de dez professores, incluindo livre-docentes e catedráticos foram atingidos por essas medidas. (MARQUES, 1992, p. 32).

⁴ Prontuário Individual de Naíde Regueira Teodósio. N° 4891. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE, Doc. N° 30.

⁵ A pesquisadora Eliane Moury é responsável por um projeto que procurou registrar os depoimentos de vários indivíduos que participaram de movimentos de contestações ao regime militar. As entrevistas se encontram hoje no acervo de fontes orais da FUNDAJ, disponíveis no Centro de Documentação de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA).

Arnaldo Marques foi preso por, no mínimo, três vezes entre os anos de 1964 e 1965, no estado de Pernambuco, por suas intensas atividades fora da área médica. Isso porque seus exames não avaliavam apenas patologias biológicas, mas também se empenhava em fornecer possíveis diagnósticos da realidade social; seus textos eram escritos e conhecidos na sua área acadêmica, mas Arnaldo também publicava em jornais, revistas e outros meios de comunicação e isto parecia não ser admitido pelos investigadores policiais.

O prontuário individual de Arnaldo Marques possui documentos datados desde os anos 1930, isto é, desde o início das atividades oficiais da DOPS em Pernambuco. Seus antecedentes criminais são preenchidos, nesse prontuário individual, por acusações e indícios, mas nenhuma conclusão criminal ou prova, em cerca de quatro folhas frente e verso. Neste conjunto de documentos, Arnaldo é apontado como ativo na Revolução de 1930, sendo espionado por isso, além de ter partes de serviços produzidas desde 1940. Além disso, Arnaldo Marques não era famoso apenas entre os agentes da DOPS/PE, mas também era uma figura pública ativa e conhecida em Pernambuco, devido a, por exemplo, vários artigos publicados no *Diário de Pernambuco* nos anos 1950, os quais fizeram sucesso por seus tons ásperos contra a produção mundial de bombas atômicas, em favor da paz e do desarmamento. Além desses, encontramos no seu prontuário outros textos de Arnaldo sobre, por exemplo, as vantagens da exploração estatal da indústria de petróleo e outros temas que também eram publicados nos jornais de grande circulação e nos populares de Pernambuco, ao longo dos anos 1950 e 1960.

Quando preso e interrogado pelos policiais sobre suas opiniões e posições políticas, sua resposta está descrita da seguinte forma:

Que, na verdade, esclarece o depoente ter ideias apenas ou idealismo político, mas não é adepto nem defensor nem militante de qualquer credo ou ideologia política, sendo simplesmente um observador da política brasileira e mundial; que, para este fim o depoente ler muitas obras desde os tempos acadêmicos (obras que versam sobre a Revolução Brasileira de mil novecentos e trinta, sobre o Nazifacismo, sobre o comunismo socialismo e sobre a doutrina social da igreja e outras questões políticas, interessando a grandes figuras da intelectualidade católica); que, também não deixa de ler, o depoente, vez por outra, os jornais da terra, de todas as tendências, inclusive os esquerdistas.⁶

Onde conclui dizendo que:

[...] confia em que não seja plausível nos dias que correm, admitir-se que o simples apoio à medidas de tendências socialistas e a convicções sincera de que o progresso social no mundo inteiro se vai fazendo dentro de tais diretrizes, seja razão bastante para catalogar um cidadão como adepto do marxismo ou como filiado a um credo político exótico e perigoso e que se há de livrar o nosso Brasil.⁷

Considerando-se um simples observador da política brasileira e mundial, Arnaldo Marques parece querer afastar de si uma acusação bastante comum contra intelectuais no período em questão. O art. 11º da Lei de Segurança Nacional de 1953 definia como crime a propaganda de algumas ideias, entre elas as de ódio, guerra e classe. Em sua defesa, o médico alega que não se poderia confundir, naqueles dias, o estudo de um credo exótico e perigoso com o apoio ou a filiação política e ideológica do próprio analista. Argumentos como esses parecem ter convencido os policiais e militares, todas as vezes em que foi chamado para prestar esclarecimentos sobre atividades subversivas, de que Arnaldo não tinha cometido nenhum crime político e ele, apesar de permanecer preso por alguns meses, nunca foi acusado judicialmente.

Incentivado por Elyane Moury a relembrar suas práticas colaborativas com a imprensa

⁶ Termo de declarações de 11 de abril de 1964. In: Prontuário Individual de Arnaldo Cavalcanti Marques. N° 10230. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE. Doc. N° 22, p. 2.

⁷ Termo de declarações de 11 de abril de 1964. In: Prontuário Individual de Arnaldo Cavalcanti Marques. N° 10230. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE. Doc. N° 22, p. 3.

pernambucana, sua produção intelectual, suas obras acadêmicas e seus textos conceituais, no depoimento gravado em Recife, em 1982, já citado aqui inclusive, Arnaldo Marques declara as possibilidades de que gozava os intelectuais interessados no debate público naquele período, antes da lei da imprensa de 1969, de expressar seus pensamentos publicamente. Além disso, menciona as difusões proveitosas de suas pesquisas acadêmicas em âmbito internacional, lembrando especialmente o que apresentou no Congresso de Cardiologia de Paris, em 1950, sobre aneurisma na aorta abdominal, o qual foi “publicado no Paris Medical, jornal muito tradicional na França, que publicou o trabalho na íntegra” (MARQUES, 1992, p. 27).

Contudo, sente-se falta nos relatos de memória construídos por Arnaldo Marques de menções ao documento que ocupa mais da metade de seu prontuário individual: o livro de memórias e análises sociais intitulado “Havana, Recife e Moscou”. Apesar de ser possível ao interessado ler o livro integralmente no prontuário de Arnaldo Marques, não é possível saber se ele foi publicado e nem quando foi escrito. Pode-se ter uma ideia geral da obra através do sumário presente entre os documentos, o qual divide a obra em três partes: parte I – Visita a Cuba; parte II – Coisas do Brasil; e parte III – No Mundo Soviético. Extremamente autobiográfico, a ideia do livro parece ser um projeto comparativo entre três metrópoles a partir das experiências pessoais e análises subjetivas de Arnaldo. Sem mais detalhes bibliográficos da obra, proponho finalizar esta análise com um resumo produzido pelo próprio Arnaldo Marques:

A minha história pessoal, que não terminou ainda, neste terreno (Recife), é bem longa e típica. – Sem jamais haver pleiteado nada de pessoal, nem postos coletivos, nem cargos de mando, foi sempre do meu natural agrado partilhar de tudo que significasse campanha democrática em minha terra. Associava, por julgar coisa necessária, as leituras científicas e as atividades da profissão, com outras tantas de natureza política, quer locais, quer de âmbito internacional. E em tal pendor vem de longe, dos bancos acadêmicos, da adolescência talvez! As intensas preocupações da vida de médico e de professor, nunca me impediram de estar atento a todos os movimentos democráticos e progressistas de que tem sido teatro o Recife e o Brasil. Nestes quase quarenta anos, participei modesta e discretamente embora, de várias campanhas pela Paz Mundial, pela proscricção das Armas Atômicas, pela Nacionalização do Petróleo, pela Emancipação Econômica da Nação. Dei meu apoio (individual e a-partidário) a numerosas iniciativas democráticas e de alcance social, igualmente subscrevendo manifestos e monções de protestos a frequentes tentativas de golpe ou ameaças de ditadura no país. Tive também oportunidade de realizar uma ou outra palestra e de publicar trabalhos ou dar entrevistas na imprensa sobre temas que, sendo em verdade estranhos à minha profissão, estavam, contudo, ao alcance das possibilidades de um médico e professor de clínica, como era o meu caso. Como o faço ainda hoje, tenho trabalhado sempre por mero idealismo e por convicção, principalmente apoiando valorosos e sinceros companheiros de orientação progressista, ligados ou não a partidos políticos de várias tendências (aí incluídos os comunistas) correligionários orientados sempre para as soluções pacíficas dos problemas nacionais, que a mim jamais falaram de conspiração ou subversão armada. São eles os bons amigos que hoje constituem os da “velha guarda”, poucos enfim, confiando, contudo, nos milhares jovens ardorosos e cheios de ponderado patriotismo que estão continuando a grande luta. Pois, atitudes assim normais em países verdadeiramente democráticos aqui foram tidas como “estranhas” e até catalogadas de “atividades subversivas”.⁸

Não intencionalmente, o trecho selecionado no livro para ser exposto aqui, de alguma forma, sintetiza as minhas escolhas narrativas realizadas para se aproximar da trajetória de vida de Arnaldo Marques condicionada aos tempos de exceção da primeira metade do século XX em Pernambuco. Por meio de suas habilidades comunicativas, Arnaldo consegue expor, de maneira bastante clara e consciente, seus objetivos profissionais e interesses políticos. Modesta e discretamente, Arnaldo Marques pronuncia e avalia as inúmeras campanhas de que participou motivado por um dever de cidadão que acreditava ser essencial em qualquer sociedade democrática. Conscientemente, ele

⁸ Termo de declarações de 11 de abril de 1964. In: Prontuário Individual de Arnaldo Cavalcanti Marques. N° 10230. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE. Doc. N° 43.

admite que a sua forma de agir e pensar gera consequências que fogem ao seu controle, podendo estas atitudes serem consideradas até como crimes. Para tristeza, como dito, os detalhes bibliográficos sobre a abundante obra de Arnaldo, com cerca de 26 capítulos apontados no índice arquivado pela DOPS, não puderam ser encontrados nos documentos a que tive acesso.

Praticada pelas Delegacias de Ordem Social e Política, a espionagem social, isto é, a vigilância velada do cotidiano individual das pessoas suspeitas de estarem elaborando ou praticando crimes políticos, configura-se, aparentemente, numa das ferramentas da mecânica de controle, numa das práticas dos micro poderes espalhados sutilmente pelo conjunto social, reconhecidas por Foucault (1987, p. 176) que “[...] para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com condição de se tornar ela mesma invisível”. Tais práticas descortinam-se com a exploração dos documentos arquivados sob o título de “Partes de Serviço”⁹, como o apresentado anteriormente, onde registra-se o relatório do espião, do investigador policial, podendo ser elaborado no próprio local em que ele observa a ação do suspeito ou após um período longo de observância. Nesse procedimento, de acordo com os documentos aos quais tive contato, é fundamental a catalogação, a averbação nos mínimos detalhes possíveis, de pessoas a lugares, de suspeitas a fatos, sendo todas as informações depois processadas internamente, entrecruzadas com outros registros e conectadas à ampla rede de informações. Ou seja, a execução do que Foucault conceitua como Poder de Escrita:

[...] seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. (FOUCAULT, 1987, p. 157).

As referências foucaultianas citadas anteriormente fazem parte do livro *Vigiar e Punir* do autor, onde ele desenvolve análises sobre a construção dos projetos e estratégias de poder do Estado Moderno e as sutis, mas efetivas, transformações efetuadas nos corpos e mentes dos sujeitos, disciplinarizados por um domínio doutrinário e executado nos mais variados espaços sociais como escolas, hospitais e prisões. Obra prima para se entender a formação das estruturas político-jurídicas da contemporaneidade ocidental, suas articulações teóricas começaram a se tornar incapazes, para o próprio Foucault, de analisar adequadamente o complexo universo político e social do século XX.

Quando escrevia o volume I da *História da Sexualidade*, traçando conclusões como a de que “foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens” (FOUCAULT, 1999, p. 129), ele deixava claro que germinava em seus trabalhos algumas indicações sobre um poder disseminado e institucionalizado pelo Estado, maquiado pela execução de algumas políticas públicas, com pretensões de não apenas disciplinar os hábitos, mas de administrar, isto é, de ter poder irrestrito, de ter o direito de vida e de morte sobre os indivíduos. Neste sentido, observa-se que, principalmente a partir da segunda metade do século XX, aparentemente imbuídos de um sentimento de redenção por conta das grandes guerras, os regimes políticos voltaram-se para a preocupação com o desenvolvimento social, o Estado Liberal abriu espaço ao que se conhece como Estado de Bem-Estar Social, com a execução de uma maior intervenção estatal sobre a vida social. A partir desse modelo, o Estado estabelece mecanismos que viabilizam uma maior preocupação

⁹ Marcília Gama (2014) define as partes de serviço assim: “[...] um tipo de registro policial – constitui uma espécie de escrita policial feita diretamente pelo investigador, através desse procedimento é fixado o resultado do que foi observado pelo investigador durante um período, a respeito do investigado. Essa ‘impressão’ era produto de dias, às vezes meses de acompanhamento de ‘elemento’ suspeito.

com, por exemplo, a saúde, a educação cidadã e a segurança pública.

Em Pernambuco, especialmente, tanto a esquematização departamental quanto a Parte de Serviço destacada anteriormente de Naíde Teodósio como discursos inseridos em documentos oficiais produzidos pelo Estado, demonstram essa preocupação com a competência em gerir eficazmente a sociedade. A suposta preocupação com a Segurança Pública, por exemplo, levou o governo a encetar o maior desenvolvimento da sua polícia política e social. Em 1961, o seguinte relatório é compartilhado com os órgãos de segurança e informação sobre o aprimoramento técnico da DOPS frente aos novos problemas e desafios enfrentados pela dinâmica de transformação das configurações sociais pernambucanas:

Nesse momento, a polícia passa a aprimorar seus mecanismos de ação, ser “**Técnica**” – O que significa estar aparelhada e treinada para potencializar ao máximo os métodos de controle social, combater os desvios e as novas formas de agitação, antes que se instalassem. A polícia será “**Objetiva**” – O que significa apresentar respostas imediatas e à altura, frente a um conflito, agitação, desordem. E “**Eficaz**” – nos resultados. E para isso, a forma de agir e as linhas de ação, requer treinamento, especialização e um imediatismo desse aparelho, no tocante a uma situação de conflito, no sentido de sempre antecipar os fatos. (Relatório do Gabinete do Secretário de Segurança Pública de 15 de abril de 1961. Fundo SSP/DOPS – PE/APEJE: Prontuário Funcional nº 29638, grifos no original *in* SILVA, 2014, p. 181).

Nesse cenário, de meados do século XX, a maioria das certezas construídas pelos intelectuais, pela ciência e pelo presumido progresso material da humanidade foram desmoronando, bombardeadas por problemas incalculáveis ou por uma hipotética crise paradigmática.¹⁰ Especificamente para as circunstâncias aqui debatidas, vale acentuar o trabalho teórico desenvolvido pelo filósofo italiano Giorgio Agamben sobre os dilemas sociopolíticos das últimas décadas. Interligando a ação política dos estados contemporâneos do século XX com sua erudição especulativa, Agamben empenha-se há um tempo, desde o início dos anos 2000 para ser mais exato, em estudar as características biopolíticas dessa conjuntura. Dialogando com o pensamento filosófico clássico, Agamben acredita que o projeto biopolítico de poder soberano atravessou toda a construção jurídico-institucional do mundo ocidental, pois, segundo ele, “colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado Moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua, reatando assim com o mais imemorial dos *arcana imperii*.” (AGAMBEN, 2004, p. 14). No livro em que divulga esse planejamento, o *Homo Sacer I*, esclarece que o seu maior objetivo é (re)trabalhar com uma lacuna deixada pelos debruçamentos científicos nos estudos acerca dos poderes autocratas elaborados por autores como Foucault, Hannah Arendt e Carl Schmitt, encadeando conceitos-chaves como “vida matável” (*Homo Sacer*), poder soberano, estado de exceção e campo de concentração.

Agamben defende, de maneira convincente, no livro referido, na continuação de sua trilogia e em espaços múltiplos atualmente, que, em nosso tempo, todos os nossos sistemas políticos possuem certo grau de fenômenos autoritários, totalitários e soberanamente biopolíticos de poder. Os campos de refugiados, as favelas, as prisões secretas, políticas de auxílio público diferenciadamente executadas a determinados sujeitos e regiões, as ações de abuso de poder dos policiais em serviço são alguns exemplos disso, em que, para ele, mencionando Walter Benjamin (1986), outra de suas grandes referências, exprimem a regra geral que virou o estado de exceção em nossa sociedade. Agamben adverte:

E apenas porque a vida biológica, com as suas necessidades, tornara-se por toda parte o fato *politicamente* decisivo, é possível compreender a rapidez, de outra forma inexplicável, com a qual no nosso século [século XX] as democracias parlamentares puderam virar Estados

¹⁰ Diversos estudiosos apontam o que se costuma sintetizar na expressão da *crise* dos paradigmas modernos, entre eles Agnes Heller em “A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI”; Thomas Kuhn em “A estrutura das revoluções científicas”; Boaventura Sousa Santos em “Um discurso sobre as ciências”.

totalitários, e os Estados totalitários converter-se quase sem solução de continuidade em democracias parlamentares. Em ambos os casos, estas reviravoltas produziram-se num contexto em que a política já havia se transformado, fazia tempo, em biopolítica, e no qual a aposta em jogo consistia então apenas em determinar qual forma de organização se revelaria mais eficaz para assegurar o cuidado, o controle e o usufruto da vida nua. As distinções políticas tradicionais (como aquelas entre direita e esquerda, liberalismo e totalitarismo, privado e público) perdem sua clareza e sua inteligibilidade, entretanto uma zona de indeterminação logo que o seu referente fundamental tenha se tornado a vida nua. Até mesmo o repentino deslize das classes dirigentes ex-comunistas no racismo mais extremo (como na Sérvia, com o programa de “limpeza étnica”) e o renascimento do fascismo na Europa, sob novas formas, encontram aqui sua raiz (AGAMBEN, 2004, p. 128).

Estaríamos condicionados assim a regimes biopolíticos cada vez mais vigorosos, empenhados em caracterizar o que é importante e o que não é, (rede)marcando constantemente as áreas de interesses do que é considerável para as diretrizes políticas do Estado e o que não é, ou seja, quais as vidas relevantes e que devem ser protegidas e quais as vidas descartáveis e que não precisam ser mantidas para que o modelo estatal permaneça com seus projetos de poderes. Condicionamo-nos, neste sentido, à execução de uma dinâmica da preservação e/ou eliminação de vidas (DUARTE, 2008).

Marcília Gama percebeu essas características biopolíticas na conjuntura pernambucana entre meios do século XX e utilizando, inclusive, as bases oferecidas por Agamben, afirmou que em Pernambuco durante o estado de exceção militar elaborou-se

Um poder que precisou criar uma constelação de órgãos cujos tentáculos penetram o tecido social e sugam através de suas múltiplas ventosas a **informação** – dado absoluto, nevrálgico, capaz de alterar a vida, o cotidiano, os sonhos, o rumo de vida das pessoas, numa guerra permanente, desigual e desumana. A existência desse aparato informacional é extremamente útil para dar continuidade ao poder soberano e legitimar o profundo desrespeito aos direitos e garantias constitucionais do cidadão.

[...]

Nessa perspectiva, o combate à subversão representa a destruição do **germe** que penetra, corrói e inflama o **povo**, a coletividade, que, segundo a análise de Agamben (1998), contém necessariamente a “fratura biológica fundamental”, condutora de toda a carga biológica e política inerente ao ser pensante, com suas potencialidades, que por si só é matéria perigosa, podendo inflamar, se mal conduzida, à égide do mais sólido poder. (SILVA, 2014, p. 261-262, grifos da autora).

Na conjuntura problematizada por esse texto, além dos documentos já expostos, uma série de outros exemplos, arquivados e não, poderiam expressar a concepção de que a corporação que tomou as rédeas do poder estatal transformou sistematicamente a vida de seus “inimigos” políticos em uma “vida nua”, isto é, como debatido anteriormente, uma vida que poderia ser manejada sem importância e até mesmo descartada sem remorso. As justificativas ideológicas encontradas por eles para legitimar as torturas dos presos políticos para a obtenção de informações, o alto número de mortes “em combate” aos inimigos internos e os, alguns ainda, corpos e/ou vidas desaparecidas durante os governos militares servem como indícios de que essa ligação não é tão descabida. Nesse sentido, há informações registradas em pesquisas que seguem os mesmos preceitos. É o caso, por exemplo, do livro “A biopolítica e a vida que se pode deixar morrer” (2012), tese de doutorado desenvolvida pela historiadora Susel Oliveira da Rosa, em que trata, entre outras coisas, da banalização da violência policial no Brasil, sobretudo no período do regime militar.

A construção das estruturas de vigilância política ao longo do século XX no Brasil

É fundamental perceber que, não por acaso, o momento em que o Brasil mais investiu, financeira e ideologicamente, em segurança, coincidiu com o período histórico dos conflitos armados mais violentos da humanidade – o século XX. Este século que fez o sonho iluminista do progresso inequívoco da razão e das ciências sucumbir às duas grandes guerras de escalas globais e ao medo da extinção da espécie humana pelas bombas nucleares. Os anos 1950 e 1960, em particular, correspondem justamente à uma expressa bipolarização do planeta em áreas de influências, interesses e domínios. Nesses termos, um lado seria composto por países capitalistas teoricamente de economias liberais, comandados pelos Estados Unidos (EUA) e, o outro, por regiões sob a intervenção socialista, na maioria das vezes revolucionária, em algumas oportunidades sendo associada a reformas sociais, encabeçada pela União Soviética (URSS). Segundo o historiador Eric Hobsbawm, uma das grandes referências teóricas no estudo da contemporaneidade,

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de todos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita da hegemonia soviética. (HOBBSAWM, 1995, p. 223).

Ou seja, por quase meio século a humanidade habituou-se com uma guerra generalizada, mas que, em vez de militarmente combatida, se efetivava, rotineiramente, em conflitos localizados e restritos. Insuflada pelas rivalidades ideológicas, essa realidade de guerra abundante atingia, entre outros, a vida cotidiana da população civil, sendo, em todos os espaços sociais, perseguidos e julgados os comportamentos suspeitos, rotulando e punindo os indivíduos desvinculados das normatizações, considerados subversivos, ou seja, criminosos de extremo perigo.

No Brasil, país alinhado institucionalmente ao bloco capitalista, era visível o empenho em expurgar a “ameaça comunista” do território e, se possível, das ideias, dos pensamentos da população. Não obstante tenha sido corriqueira a vigilância e pretensão de controle sobre as convicções oposicionistas e/ou revolucionárias desde o século XIX, quando, com a chegada dos imigrantes europeus com suas “ideologias perigosas”, origina-se uma concepção de que o estrangeiro (notadamente, os adeptos do anarquismo, marxismo e socialismos) seria responsável pela corrupção das ideias da sociedade brasileira.

Esse complexo de uma situação de perigo mundial se torna mais forte a partir da década de 1940 e países como o Brasil, que participavam das guerras internacionais apenas indiretamente, enviando tropas militares, por exemplo, agora precisavam, nessa conjuntura de guerra universal, desenvolver e/ou melhorar os seus mecanismos de defesa tornando-os suficientes pelo menos para responder com efetividade a essas ameaças generalizadas.

Por conseguinte, o Brasil fundará a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, inspirando-se na escola militar dos Estados Unidos – *Nacional War College* (LEITE, 1984). Assim, a escola de guerra brasileira foi pensada para ser um instituto de ensino e pesquisa empenhado em conceber métodos de defesa eficientes no projeto da Segurança Nacional, inaugurada com a Lei N° 785 de 20 de agosto de 1949. Inicialmente condicionada aos limites das forças armadas, a Escola Superior de Guerra amplia, ao longo do tempo, as suas zonas de influência e atuação. Suas pretensões podem ser identificadas, segundo Creuza de Oliveira Berg (2002) em três pontos fundamentais,

que seriam 1) Objetivos Nacionais (ONP, as siglas são retiradas do texto da própria autora); 2) Política Nacional (ONA); e 3) Poder Nacional.

Sem dúvida, o maior projeto arquitetado pela ESG foi a construção, divulgação e manutenção da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, por meio da qual guiaram-se boa parte das ações dos órgãos de segurança, assim como os poderes estatais, ao longo do período de mais ou menos uma década anterior ao golpe de estado protagonizado pelos militares em 1964. Em proporcionalidade direta com as metas de Segurança e Desenvolvimento nacionais, elaborava-se um discurso que prometia, através de um maior controle sobre a sociedade, elevar os índices econômicos e impulsionar o progresso público brasileiro. Projeto que inclusive não era elaborado apenas pela ESG, como afirma Alves:

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos. (ALVES, 1984, p. 35).

Assim como as de Creuza de Oliveira Berg (2002) e Maria Helena Moreira Alves (1984), várias análises já foram elaboradas sobre as ideologias de Segurança Nacional brasileira. Destaco, além destas, o protagonismo do general Golbery do Couto e Silva na elaboração dos principais preceitos teóricos da ESG, sobretudo em relação às conclusões difundidas, por exemplo, no seu trabalho clássico sobre a *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil* (1981). Nele o general defende que a América Latina era uma área privilegiada geograficamente, por extensão também o seria economicamente, e que o Brasil possuía uma posição de destaque nos interesses mundiais. Obviamente que isso é uma tentativa minha de resumir a complexa e vasta teoria sustentada pelo general Golbery Silva apresentada com mapas, gráficos, estratégias econômicas, planejamento militar e conceitos teóricos abundantes no seu livro.

Paralelas à socialização destes preceitos, as ações estatais buscavam garantir a execução de procedimentos que os materializasse, permitindo-lhes uma aplicação efetiva nos labirintos cotidianos do complexo social. Se a guerra estava ocorrendo, e em plena expansão, era preciso organizar uma defesa e uma forma de contra-atacar. Mas, como lutar em uma guerra sem armas? Notadamente, a utilização de armas bélicas durante a Guerra Fria era inexpressiva, se comparada às proporções dos dois conflitos internacionais anteriores. Contudo, travava-se um combate em que as armas de fogo não eram, normalmente, manuseadas, mas nem por isso deixariam de existir duelos deveras mortíferos e cruentos, nos quais a munição eram informações, dados pessoais e informes estratégicos, ambiente em que as armas metaforicamente poderiam ser relatórios e serviços de espionagem. Enfim, uma grande batalha pelo domínio de um conhecimento que forneceria poder(es) – ou como Foucault (2008) refletiu, uma espécie de saber-poder. Onde conhecer o inimigo, suas táticas, atividades e planos permitiria, assim, engendrar a proteção necessária e até sua possível anulação. Em vista disto, há um flagrante refino nos apetrechos de vigilância, arquitetando-se estruturalmente uma comunidade ou rede¹¹ inter-relacional entre a polícia, as forças armadas e os órgãos de informação.

A institucionalização de uma polícia especializada em crimes políticos ou ideológicos foi, decerto, uma das ligas que amarrou essa malha organizacional da segurança e informação.

¹¹ A utilização dos termos, como já havia me referido na introdução, *rede* ou *comunidade* correspondem a perspectivas divergentes entre alguns especialistas. Autores como Carlos Fico (1992; 1999; 2001) utilizam *comunidade* em conformidade aos termos utilizados pelos próprios agentes em documentos elaborados pelas delegacias ou instituições de segurança daquela ocasião; já outros, como Marcília Gama (1996; 1997; 2014), empregam o termo *rede* por considerar a palavra mais representativa da complexidade, do concatenamento e atuação esparsa dos órgãos articulados pelo regime com militares e civis.

Cronologicamente, o combate ao que se considerava crimes políticos acompanha o estabelecimento do regime republicano no Brasil. De uma maneira geral, a compreensão das funções dos órgãos policiais como um todo é bastante labiríntica, pois envolve uma pluralidade sociopolítica, que incorpora especificidades regionais, formas de governo e conjunturas históricas. Sobre o funcionamento da polícia política, só no Brasil desfruta-se de considerável porção de análises acadêmicas, por exemplo, Eliana Rezende Furtado de Mendonça (1998) aponta as atribuições que os órgãos policiais do Rio de Janeiro receberam, já no início do século XX, para combater os crimes políticos; enquanto que Rosângela Pereira de Abreu Assunção (2006, p. 6) analisa, em uma dissertação, “o impacto do anticomunismo sobre a dinâmica institucional da Polícia Política Mineira – DOPS/MG e sobre o imaginário policial em relação aos comunistas no período compreendido entre os anos 1935 e 1964”; e Marcília Gama da Silva (1996; 2014) especializou-se no desenvolvimento e atuação da polícia política no estado de Pernambuco.

Conforme também observou a historiadora Eliana Mendonça, desde os primeiros anos do período republicano brasileiro, o governo da capital federal preocupou-se em estruturar um setor especialmente direcionado ao controle político, o Corpo de Investigações e Segurança Pública (fundado em 1907), que concentrava suas atividades nas matérias ligadas às “vigilâncias especiais”, mesmo sem uma especialização basilar. Na década de 1920, suas funções foram reelaboradas em torno da 4^o Delegacia Auxiliar¹², encarregada de cuidar da “[...] ordem política social, associações operárias, anarquistas, político especial, cadastro operário, comunista e expulsões.” (XAVIER, 1996, p. 53).

Mesmo que pareça evidente a preocupação com o perigo das ideias políticas num movimento em direção ao estabelecimento de polícias especializadas e profissionalizadas nos crimes de dimensão política nos anos 1920, será nos anos 1930 que tal marcha alcançará fôlego nacional. Como observou Rosângela Assunção:

Os anos 1930 foram fundamentais para o processo de modernização e profissionalização da polícia civil. Nestes anos, o Estado Vargas volta-se para a maior regulação e intervenção na sociedade. Trata-se de um Estado de feições autoritárias e que, por isso mesmo, não prescindiu da polícia para o controle dos comportamentos políticos. (ASSUNÇÃO, 2006, p. 33).

Resultado dessa dinâmica, a Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935, foi pensada com a finalidade de transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime jurídico mais rigoroso. Assim, a ação das polícias, especialmente políticas, passou a ser justificada por um aparato legal exclusivo, que foi decisivo para a afirmação desta polícia como órgão voltado especificamente para o controle social e político e serviu ainda para justificar e legitimar a existência deste órgão reservado.

Em Pernambuco, no mesmo ano da publicação da LSN, precisamente em 23 de dezembro de 1931, por força do decreto-lei n^o 71, foi inaugurada a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE). Delegacia que seria um órgão especializado da corporação policial, mas o que a distinguia dos demais órgãos policiais era sua função voltada para a manutenção do que se considerava a ordem político-social. A definição do que era a ordem político-social engloba os matizes referentes à aplicação da legislação vigente e à apreciação que se realiza dos preceitos legais do conjunto de leis instituído. Ou seja, a ação policial dos agentes de uma polícia política empenha-se no sentido do controle dos comportamentos político e social, como um verdadeiro método de controle da sociedade (ASSUNÇÃO, 2006, p. 18-25). Para Marcília Gama, analisada no trabalho de Silva,

Estudar a integração da rede de informação durante o regime civil-militar e, sobretudo, a montagem da polícia política em Pernambuco e o papel desempenhado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no controle e vigilância da sociedade possibilita pensar a história

¹² Criada através do Decreto n^o 15.848 de 20 de novembro de 1922.

desses órgãos num palco nem sempre de harmonia, mas principalmente, de tensões, disputas, conflitos e embates que interferem na sociedade produzindo efeitos múltiplos. (SILVA, 2014, p. 61).

Sobremaneira, o projeto era eliminar ao máximo as brechas e ter sob controle todo o corpo social. Manter a “ordem natural” das coisas se tornou o objetivo dos que assumiram a responsabilidade de preservar a paz, e para atingir este objetivo não importava o que se fazia desde que o resultado fosse satisfatório. Algumas vezes, as preocupações com a segurança eram tão excessivas que chegavam a adquirir um tom caricato e anedótico.

A polícia política, seus órgãos e serviços de informação e segurança de Pernambuco também protagonizaram algumas dessas atividades de investigação que parecem surreais aos nossos olhos hoje. Por exemplo, nos arquivos da DOPS-PE há um prontuário funcional organizado com a indicação de “Subversão 1960”, Nele consta um documento, com o carimbo de confidencial, que consigna a vigilância de norte-americanos, “que se auto intitulam hippies”, na capital pernambucana, divulgando mensagens de “faça amor, não faça guerra” e “utilizando pulseiras no pulso esquerdo”, entre outras “atitudes estranhas”.¹³ Ou seja, os destaques do lado do braço onde os hippies norte-americanos utilizavam as suas pulseiras se tornava uma indicação e, talvez se eles tivessem sido recolhidos para prestar esclarecimentos, poderia até servir como prova para fundamentar uma prisão sob acusação de crime de subversão.

O historiador Carlos Fico (2001, p. 73), que por conta das inúmeras pesquisas sobre o tema parece-nos extremamente familiarizado com os documentos produzidos pelos órgãos de segurança responsáveis por manter as ações repressivas em meio ao regime militar, também menciona alguns episódios que poderiam servir como exemplo desse “grotesco”:

Em 1973, palavras de ordem da esquerda foram carimbadas em células de 1 e 10 cruzeiros: para a comunidade de informações, tratava-se de “modificação sofisticada da propaganda adversa”.¹⁴ Um grupo de geólogos soviéticos, viajando para a Bolívia, fez uma escala no Brasil: segundo setores de informações, a presença dos geólogos poderia redundar em infiltração comunista¹⁵. (FICO, 2001, p. 72).

No entanto, ainda que esses exemplos revelem um lado cômico nas práticas das investigações policiais desse período, é preciso ter a cautela de não omitir as características profissionais e de severidade geradas por essas informações no contexto político e social do período. Apesar do tom cômico que adquirem em um momento posterior como o nosso, essas informações podem ter acarretado consequências danosas aos indivíduos citados ou a terceiros que com eles tenham convivido. O historiador Daniel Aarão Reis considera, inclusive, que eram justamente esses medos e perigos, reais ou não, o que mantinha os protagonistas da ditadura militar e seus apoiadores unificados. Para ele, esses agentes “trabalharam com eficácia estes medos. Não os inventaram mas souberam explorá-los, exagerando-os” (REIS FILHO, 2014, p. 85).

Acredito, nesse sentido, que a análise apresentada neste artigo, sobre a formação ideológica e da instituição jurídica dos mecanismos de coleta de informações e segurança, seja necessária e produtiva para que possamos refletir e perceber, entre outras coisas, como no momento da execução do Golpe de Estado em 1964, já havia um suporte tecnoburocrático alicerçado pelas transformações ocorridas ao longo do século XX. De acordo com a dinâmica de guerra encarnada pelo Estado brasileiro, especialmente pelo advento da ideia de que se verificava uma guerra interna contra inimigos ardilosos e ocultos, estabeleceu-se o desafio de montar e pôr em funcionamento uma máquina de vigilância capacitada em combater a pluralidade de táticas e estratégias dos adversários, principalmente para afastar a ideia de que os militares e seus

¹³ Cf. Prontuário Funcional nº 1.894 Fundo 1097 SSP/DOPS – PE. APEJE, Docs. N°. 5-7.

¹⁴ Informação C. nº 683/16¹AC/73 encaminhada ao ministro da justiça em 9 jan. 1974, contida no processo C. nº 50382. MC/P Cx 593-05133.

¹⁵ Processo C. nº 56390/71, [1971]. MC/P Cx. 588-05128.

apoiadores criaram todos os seus instrumentos de repressão e perseguição política apenas a partir do momento que ocuparam, autoritariamente, as instituições políticas do Brasil. Ademais, este texto também se esforçou em oferecer uma perspectiva teórica, baseada na teoria biopolítica, para se considerar, pesquisar e observar com mais atenção as estruturas de vigilância e suas práticas no Brasil, sejam elas em períodos de governos autoritários ou em momentos considerados democráticos.

Fontes Documentais

BRASIL, Lei de Segurança Nacional Nº 1.802 de 5 de outubro de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL, Lei nº 785/49 de 20 de agosto de 1949. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

Prontuário Funcional nº 1.894 Fundo 1097 SSP/DOPS – PE. APEJE, Docs. Nº. 5-7.

Prontuário Funcional, Fundo SSP/DOPS – APEJE, nº 29638 – Documentos Administrativos.

Prontuário Individual de Naide Regueira Teodósio. Nº 4891. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE, Doc. Nº 30.

Relatório do Gabinete do Secretário de Segurança Pública de 15 de abril de 1961. Fundo SSP/DOPS- PE/APEJE: Prontuário Funcional nº 29638.

Prontuário Individual de Naide Regueira Teodósio. Nº 4891. Fundo SSP/DOPS – PE. APEJE, Doc. Nº 30.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São. Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). 175f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. Vol. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 222-234.

BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressão artística e censura no regime militar*. São Carlos: EdUFSPar, 2002.

CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. A repressão condecorada: a atribuição da Medalha do Pacificador a agentes do aparato de segurança (1964-1985). *Revista eletrônica de História Unisinos*, v. 18, n. 3, p. 440-451, set./dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.02>. Acesso em: 20 set. 2020.

CORREIA, Raphael H. R. *Presos em nome da Ordem: as prisões preventivas e suposta solução à subversão pernambucana em 1964*. 143f. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

DUARTE, André de Macedo. Sobre a Biopolítica: de Foucault ao Século XXI. In: SOUZA, Ricardo T; OLIVEIRA, Nythamar F. *Fenomenologia Hoje III – Bioética, biotecnologia, biopolítica*. Porto

125

Alegre: Edipucrs, 2008. p. 63-87.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed Loyola, 2010

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, vol. I A Vontade de Saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no College de France em 1978-1979. Tradução Eduardo Brandão; Revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURET, François. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Lisboa: A regra do jogo, 1978.

JOFFILY, Mariana. Quando o ataque é a melhor defesa: interrogatórios políticos da Oban e do DOI-CODI. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, p. 769-799, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 16 set. 2020.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Tradução Eliana de Melo Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LISPECTOR, Clarice. *Um Sopro de Vida: (Pulsões)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MARQUES, Arnaldo Cavalcanti. Em entrevista a Eliane Moury Fernandes, FUNDAJ: CEHIBRA, 1992.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricas*. v. 12, n. 22, p. 379-388, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSA, Susel. *A biopolítica e a vida que se pode deixar morrer*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ROSANVALLON. Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo e geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Marcília Gama da. *O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da Polícia Política. In: *DOPS: A lógica da desconfiança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 32-41.

Nota de autoria

Raphael Henrique Roma Correia é doutorando em história pelo PPGH/UFPE. Formado em licenciatura plena pela Universidade de Pernambuco. Em 2017 defendeu uma dissertação que analisa as prisões preventivas a partir do golpe de 1964 na efetivação de um Estado de Exceção e um projeto biopolítico de poder. Atualmente pesquisa sobre o ensino de história no fim da ditadura militar no Brasil, para entender as ações do Estado em torno da memória e do esquecimento das práticas autoritárias dos militares. E-mail: raphaelromaczr@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

CORREIA, Raphael Henrique Roma. Segurança Nacional e Biopolítica: as práticas e os dispositivos de informação e vigilância da DOPS-PE. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 111-127, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 07/07/2020.

Modificado em 28/09/2020.

Aprovado em 11/10/2020.